

Termo de Notificação - TN

Processo:	PCSB/CSB/0042/2022
Nome da Fiscalização:	AF Indireta Eventual do SAA de Araripe
Relatório de fiscalização:	RF/CSB/0002/2023

1. Identificação do Órgão Fiscalizador

Nome:	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará.
Endereço:	Centro Adm Virgílio Távora- Av Gal Albuquerque Lima, Cambeba-CEP 60822-325, Fortaleza
Telefone:	(85) 3194-5605

2. Identificação do Notificado

Nome:	CAGECE
CNPJ:	07040108000157
Responsável:	Neurisângelo Cavalcante de Freitas
Qualificação:	Concessionária dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
Endereço:	Av. Dr. Lauro Vieira Chaves, 1030 - Vila União, Fortaleza-CE

3. Descrição dos Fatos Apurados

Determinação:	D2 (RF/CSB/002/2023)
Constatações:	<p>-O faturamento não é feito pelo consumo real (micromedido). A análise da relação dos usuários com os consumos medidos e faturados do SAA da Sede de Araripe correspondeu a 2.674 inscrições, para o período de janeiro/22 a dezembro/22, em média, das quais 2.039 unidades usuárias (76,09 % das ligações medidas) consumiram menos de 10 m³, entretanto, foram faturados neste volume. Ou seja, na média mensal do período em destaque, as unidades usuárias, faturadas pelo consumo mínimo (10 m³), consumiram 9.010 m³ e pagaram 20.390 m³, isto é 11.380 m³ (55,81%) faturados a maior.</p> <p>-A análise do Balanço Hídrico do período de novembro/2021 a novembro/2022 evidencia situação de demanda reprimida. De fato, em termos médios, com base no Volume de Água de Consumo Autorizado Faturado de 18.739 m³ somado ao Volume de Perdas Aparentes de 5.290 m³, a CAGECE entregou aos usuários 24.029 m³ de água por mês ao longo de todo o período. Este volume, disponibilizado para consumo de 2.700 ligações ativas do SAA da Sede de Araripe (dez/2021), dá um volume mensal médio entregue para consumo de apenas 8,90 m³ para cada ligação. Portanto, isso evidencia uma situação de demanda reprimida, na medida em que o SAA da Sede de Araripe não está operando com regularidade no abastecimento que garanta as quantidades mínimas de consumo faturado, cujo menor valor é de 10 m³.</p> <p>-Além disso, em novembro/2022, foram registradas 28 reclamações na Ouvidoria da ARCE, sobre falta de água e baixa pressão. No período de janeiro/2022 a dezembro/2022, a análise da relação dos consumos medidos e faturados desses usuários, referente ao consumo abaixo de 10m³, que foram faturados nesse valor foram, respectivamente, 100%, 90,91%, 95,24%, 100%, 85,71%, 81,81%, 86,96%, 83,33%, 52%, 66,67%, 73,08% e 92,59%. Isso corrobora com a demanda reprimida, ou seja, a CAGECE não ofertou o mínimo de 10m³.</p>
Orientação:	A CAGECE deve realizar o faturamento dos usuários do SAA da Sede de Araripe pelo consumo real, até que se comprove a normalidade do abastecimento, visando corrigir as não conformidades descritas na constatação C2.

Constatações:

Prazo (dias):	30
Fundamento Legal:	<p>Art. 22 do Código de Defesa do Consumidor - Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.</p> <p>Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste Código.</p> <p>-</p> <p>Art. 112 da Res. 130/2010 da ARCE - A fatura mínima por economia será equivalente ao valor fixado para o volume de 10 m³ (dez metros cúbicos) mensais por categoria de usuários residencial e comercial, e 15 m³ (quinze metros cúbicos) mensais para as demais.</p> <p>Parágrafo único - O faturamento pelo consumo mínimo não poderá ser feito quando não houver regularidade do abastecimento que garanta as quantidades mínimas de consumo definidas no caput deste artigo.</p> <p>-</p> <p>Art.154 da Res. nº 130/2010 da ARCE - O prestador de serviços é responsável pela prestação de serviços adequada a todos os usuários, satisfazendo as condições de regularidade, generalidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, modicidade das tarifas, cortesia na prestação do serviço, e informações para a defesa de interesses individuais e coletivos.</p> <p>§1º - Para os fins previstos no caput deste artigo, considera-se:</p> <p>I - regularidade - a prestação dos serviços em padrões satisfatórios de quantidade e qualidade e demais condições estabelecidas no termo de delegação e em outras normas técnicas pertinentes;</p> <p>II - continuidade - a manutenção, em caráter permanente e ininterrupto, da prestação dos serviços e de sua oferta a população;</p> <p>III - eficiência - a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos no termo de delegação e nas normas técnicas pertinentes;</p> <p>IV - segurança - a execução dos serviços sem causar prejuízos materiais ou pessoais a usuários e/ou terceiros, bem como a garantia de qualidade e continuidade do serviço prestado;</p> <p>V - atualidade - modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, sua conservação e manutenção, com incorporação de inovações tecnológicas que assegurem a melhoria e expansão dos serviços na medida da necessidade dos usuários e visando cumprir plenamente com os bjetivos e metas estabelecidas;</p> <p>VI - generalidade - universalidade da prestação dos serviços, ou seja, serviços públicos de saneamento básico prestados a todos as categorias de usuários;</p> <p>VII - cortesia na prestação dos serviços - tratamento aos usuários com civilidade e urbanidade, assegurando o amplo acesso para a apresentação de reclamações e solicitação de esclarecimentos e serviços;</p> <p>VIII - modicidade - a justa correlação entre os encargos da delegação, a remuneração do prestador de serviços e a contraprestação pecuniária paga pelos usuários.</p> <p>§2º - Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a suspensão do abastecimento efetuada por motivo de manutenção e nos termos dos arts.78 e 79 desta Resolução.</p>
Infrações:	02.02 - Não realizar medição de volume - Não realizar a medição do consumo de água tratada, a estimativa do volume de esgoto coletado e o faturamento em conformidade com as disposições legais aplicáveis.

4. Ações a serem empreendidas pelo Notificado

O notificado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento deste Termo de Notificação, para se manifestar sobre o assunto nele tratado, oferecendo as informações e os documentos que considerar necessários ou convenientes à fiscalização. A manifestação deverá ser dirigida ao Coordenador da CSB.

5. Representante do Órgão Fiscalizador

Nome:	Alceu de Castro Galvão Junior		
Cargo/Função:	Analista de Regulação	Matricula:	047-1-5
Lotação:	Coordenadoria de Saneamento		

Fortaleza, 25/01/2023	Assinatura:
Recebido em: __/__/____	
Por _____	
Identificação	Assinatura _____